



Estado do Rio Grande do Norte
Câmara Municipal de Ceará–Mirim
PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI N° 004/2011 - LEGISLATIVO

“Dispõe sobre a criação do Fundo Garantidor do 13º Salário no município de Ceará Mirim/RN, e dá outras providências”.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CEARÁ MIRIM, no uso das suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 11, da Lei Orgânica Municipal, submete ao Plenário desta Casa a seguinte proposição:

Art 1º Fica criado o FUNDO GARANTIDOR DO DECIMO TERCEIRO SALARIO DO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, com o objetivo de garantir ao servidor público do município de Ceará Mirim, efetivo, comissionado ou contratado temporariamente, o pagamento sem atraso do seu décimo terceiro salário.

Art 2º Mensalmente será depositado em conta específica, somente para esta finalidade, 1/12 (um doze avos), do valor correspondente ao pagamento total do 13º salário

Art 3º Para que os servidores possam acompanhar o cumprimento, o chefe do Poder Executivo municipal fará divulgar mensalmente através do site da Prefeitura, na WEB, o valor depositado, assim como formalização a esta casa.

§1º. A Prefeitura se obriga a pagar até o dia 23 do mês de junho, pelo menos 40% do valor devido aos servidores e o saldo remanescente, até o dia 10 de dezembro do exercício financeiro corrente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação;

Sala das Sessões, VEREADOR PAULO ANTONIO DA CRUZ, em Ceará Mirim/RN, aos 28 de Junho de 2011.



Estado do Rio Grande do Norte
Câmara Municipal de Ceará–Mirim
PODER LEGISLATIVO

Vereadora Zélia Pereira dos Santos
Proponente

JUSTIFICATIVA

Tranqüilizar os servidores municipais no sentido de que nos meses de junho e dezembro de cada ano, receberão valores correspondentes ao salário natalino.

Serão beneficiados diretamente os servidores municipais, pois terão a garantia de que não haverá atrasos. Mas o gestor do poder executivo municipal também terá a tranqüilidade de que não haverá penalização pela falta do pagamento nas datas aprazadas.

Os valores correspondentes 1/12 (um doze avos) deverão ser depositados a partir de janeiro de 2012.

Este projeto teve sua origem no âmbito do Governo Estadual, através de um projeto de lei de iniciativa do então Deputado Estadual Carlos Eduardo Alves.